

A (NÃO) EXISTÊNCIA DA AVENTURA NA FORMAÇÃO INICIAL EM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESPÍRITO SANTO

Lara Júlia Rodrigues Marcelos^{1, X}, Ana Carolina Capellini Rigoni¹

(¹Universidade Federal do Espírito Santo Departamento de Ginástica, do Centro de Educação Física e Desportos, Vitória, Espírito Santo – BRASIL; ^XAutor de correspondência: lara.marcelos@edu.ufes.br)

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória, com delineamento através de análise documental. Objetivamos identificar a (não) presença de disciplinas voltadas para a temática das Práticas Corporais de Aventura (PCA) nas grades curriculares dos cursos de Educação Física (EF) nas Instituições de Ensino Superior (IES) do estado do Espírito Santo (ES). Com base nos dados obtidos pelo site oficial do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC), identificamos apenas 10 IES que disponibilizaram publicamente as grades curriculares dos cursos de EF, com disciplinas voltadas à temática da Aventura. Todavia, apenas duas instituições apresentaram disciplinas voltadas aos cursos de licenciatura em EF. Portanto, refletimos sobre a lacuna presente na formação inicial dos futuros docentes do ES, tendo em vista que as PCA estão previstas como unidade temática no ensino fundamental, podendo ser, inclusive, tematizada em outras fases da Educação Básica, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Palavras-chave: BNCC; Aventura; Educação Física.

INTRODUÇÃO

Este texto é um recorte de uma pesquisa de Mestrado, em andamento, que visa analisar aspectos gerais do processo formativo dos cursos de Educação Física, com o objetivo de identificar a (não) presença de disciplinas voltadas para a temática das Práticas Corporais de Aventura (PCA) nas grades curriculares dos cursos de Educação Física (EF) nas Instituições de Ensino Superior (IES) do estado do Espírito Santo (ES). Buscamos conhecer e analisar o processo de formação profissional, nos cursos de licenciatura e bacharelado. Neste resumo, nos debruçamos sobre os resultados preliminares, a respeito apenas da ausência ou pouca presença da temática das PCA, nos cursos de Licenciatura, a partir da análise documental das instituições identificadas.

Nos últimos anos, observamos um crescimento exponencial das Práticas Corporais de Aventura (PCA) na sociedade moderna. Embora não tenham surgido recentemente, é na atualidade que elas passaram a ter maior notoriedade como parte do cotidiano social, enquanto prática de lazer, na promoção de bem-estar, qualidade de vida e contato com o ambiente natural, como também, enquanto prática sistematizada através de modalidades esportivas, ganhando ainda mais visibilidade midiática, após a inserção de esportes de aventura nos Jogos Olímpicos. Este cenário, em conjunto com o significativo aumento de praticantes e buscas por vivências de PCA, refletiu-se diretamente nos avanços e expansão dos campos de investigações empíricas e teóricas que envolvem essas práticas.

Nessa perspectiva, surgiram diversas discussões e reflexões na literatura, sobre aspectos terminológicos e nomenclaturas, aspectos conceituais e epistemológicos, debates sobre a (não)formação e atuação profissional, a relação indissociável das PCA com o risco, entre diversos outros tópicos que permeiam esse campo (BETRÁN, 1995; BETRÁN; BETRÁN, 2016); (MARINHO, 2008; 2017;); (INÁCIO; MORAES; SILVEIRA, 2013;

INÁCIO, et al, 2016; INÁCIO; FERREIRA, 2017); (BANDEIRA; RIBEIRO, 2015); (SEVERINO; PEREIRA; SANTOS, 2016)., Todavia, apesar das diversas problemáticas que envolvem essas práticas, são essas produções deste domínio, que desempenham um papel crucial no fortalecimento e consolidação do campo, visto que a partir desses debates surgem, progressivamente, uma série de novos questionamentos, reflexões e descobertas empíricas.

Nesta perspectiva, Corrêa et.al. (2020), destaca como o contexto educacional emergiu como um tema relevante, destacando a correlação entre as PCA e diversas temáticas transversais, como saúde, juventude, natureza, meio ambiente, lazer, sensibilidade, ética e cidadania. Dentro desse universo de possibilidades, autores como Severino, Pereira e Santos (2016), trazem o debate a respeito da presença dessas práticas na escola, a partir das orientações previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo este o foco deste estudo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trata-se de um documento desenvolvido pelo Ministério de Educação, com o propósito de estabelecer o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito. Com ela, são estabelecidas referências, diretrizes e parâmetros nacionais obrigatórios para a elaboração ou adequação de currículos e propostas pedagógicas, voltadas para a Educação Básica no Brasil, incluindo a Educação Física. Sendo assim, nos debruçamos sobre a presença das PCA como Unidade Temática (UT) da Educação Física (EF) na Educação Básica, prevista pela BNCC. De acordo com o documento normativo, enquanto unidade temática as PCA, são apresentadas da seguinte forma:

“...exploram-se expressões e formas de experimentação corporal centradas nas perícias e proezas provocadas pelas situações de imprevisibilidade que se apresentam quando o praticante interage com um ambiente desafiador. Algumas dessas práticas costumam receber outras denominações, como esportes de risco, esportes alternativos e esportes extremos. Assim como as demais práticas, elas são objeto também de diferentes classificações, conforme o critério que se utilize. Neste documento, optou-se por diferenciá-las com base no ambiente de que necessitam para ser realizadas: na natureza e urbanas. As práticas de aventura na natureza se caracterizam por explorar as incertezas que o ambiente físico cria para o praticante na geração da vertigem e do risco controlado, como em corrida orientada, corrida de aventura, corridas de mountain bike, rapel, tirolesa, arborismo etc. Já as práticas de aventura urbanas exploram a “paisagem de cimento” para produzir essas condições (vertigem e risco controlado) durante a prática de parkour, skate, patins, bike etc.”

Além disso, o documento traz especificações sobre as habilidades que cada objeto de conhecimento, correspondente a cada unidade temática, deve promover ao estudante da educação básica. Sendo assim, as PCA, tem como objeto de conhecimento as PCA urbanas e as PCA na natureza, cujas habilidades trabalhadas são respectivamente:

“(EF67EF18) Experimentar e fruir diferentes práticas corporais de aventura urbanas, valorizando a própria segurança e integridade física, bem como as dos demais. (EF67EF19) Identificar os riscos durante a realização de práticas corporais de aventura urbanas e planejar estratégias para sua superação. (EF67EF20) Executar práticas corporais de aventura urbanas, respeitando o patrimônio público e utilizando alternativas para a prática segura em diversos espaços. (EF67EF21) Identificar a origem das práticas corporais de aventura e as possibilidades de recriá-las, reconhecendo as características (instrumentos, equipamentos de segurança, indumentária, organização) e seus tipos de práticas.

[...]

(EF89EF19) Experimentar e fruir diferentes práticas corporais de aventura na natureza, valorizando a própria segurança e integridade física, bem como as dos demais, respeitando o patrimônio natural e minimizando os impactos de degradação ambiental. (EF89EF20) Identificar riscos, formular estratégias e observar normas de segurança para superar os desafios na realização de práticas corporais de aventura na natureza. (EF89EF21) Identificar as características (equipamentos de segurança, instrumentos, indumentária, organização) das práticas corporais de aventura na natureza, bem como suas transformações históricas....”

Todavia, a inserção das PCA na EF Escolar não garante, por si só, o alcance dos objetivos e propósitos formativos, sendo necessário o seu desenvolvimento em uma relação dialógica entre as comunidades escolares e universitárias, modelos de ação respaldados em parâmetros científicos e pedagógicos para garantir a efetividade do ensino dessas práticas; Considerando que as PCA envolvem o elemento do risco calculado, seria inadequado supor que a execução dessas atividades sem uma fundamentação teórica adequada não resultaria em um risco incalculado (CORRÊA et. al.2020)

Por isso, ressalta-se a importância de garantir que este tema esteja presente nas formações iniciais e continuadas de professores da Educação Básica, partindo da premissa de que as PCA podem representar desafios adicionais devido à sua natureza não convencional. Lidar com esses desafios requer não apenas conhecimento técnico das atividades, mas também habilidades para gerenciar o risco calculado, assegurar a segurança dos alunos e adaptar as atividades ao ambiente escolar. É imperativo que os professores de Educação Física da Educação Básica, recebam o apoio e a formação adequadas para poderem integrar as PCA de forma eficaz e enriquecedora aos seus planejamentos de ensino. No entanto, observa-se que muitos cursos de formação inicial, de licenciatura em Educação Física, não oferecem disciplinas que preparam adequadamente os futuros professores para lidarem com esse tipo de conhecimento e com sua prática de forma segura, na escola.

Assim, nosso objetivo foi analisar e refletir sobre o processo de formação inicial em licenciatura em EF das IES no ES, para compreender como e se as grades curriculares do ensino superior têm se organizado para garantir aos futuros professores os conhecimentos relacionados as PCA, uma vez que, em breve, estes estudantes estarão dentro da escola, com a demanda de atuar com essa unidade temática prevista pela BNCC.

Partindo da premissa de que as concepções de currículo variam de acordo com as diferentes finalidades educacionais e os contextos sociais no qual está inserido, identificamos no estado do ES, além da demanda do âmbito escolar, uma abrupta demanda pela vivência das PCA, enquanto prática de lazer. Sendo assim, essas práticas estão cada vez mais presentes no cotidiano do capixaba, diretamente ou indiretamente, sendo uma temática que faz parte e ou atravessa a vida das crianças, jovens, adultos, alunos em geral, ou dos pais/responsáveis desses alunos. Reforçando assim, a importância do nosso propósito em investigar a colaboração ou a ausência dela, no processo formativo inicial dos futuros professores.

METODOLOGIA

Essa pesquisa qualitativa, com viés exploratório, foi iniciada com um levantamento de dados realizado no site do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC) regulamentado pela Portaria Normativa nº 21, de 21/12/2017, base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior (IES). Com o uso ferramentas de filtragem, de consulta avançada, buscamos por cursos de graduação em Educação Física, na Unidade Federativa (UF) do Espírito Santo, na modalidade de ensino presencial, em atividade, foram identificados 36 cursos de graduação registrados na plataforma (BRASIL, MEC; Acesso em: 7 de maio de 2023).

Posto isso, foi dada a continuidade ao procedimento metodológico, realizando uma busca por documentos institucionais das 36 IES identificadas, onde apenas 10 instituições (1 pública e 9 privadas) corresponderam aos seguintes requisitos: 1) disponibilizarem sua Matriz Curricular (MC) e ou Proposta Pedagógica Curricular (PPC) publicamente, na internet, e; 2) constar, em seus documentos, o termo “aventura”. Foram elas: Universidade Federal Do Espírito Santo; Universidade Vila Velha; Centro Universitário São Camilo; Escola Superior São Francisco De Assis; Faculdade Doctum; Centro Universitário Multivix; Centro Universitário Vale Do Cricaré; Centro Universitário Salesiano; Centro Universitário Castelo Branco; Instituto De Ensino Superior E Formação Avançada De Vitória.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos resultados obtidos nesse levantamento de dados, com a realização da análise documental prévia das 10 instituições, apenas o Centro Universitário Multivix e o Centro Universitário Castelo Branco apresentaram, de forma clara e publicamente, em suas grades curriculares, disciplinas sobre a temática das PCA para os cursos de licenciatura. De acordo com Severino, Pereira e Santos (2016), a temática da aventura tratava-se de um conteúdo novo nas grades curriculares dos cursos de formação de professores na área de Educação Física. Todavia, a necessidade de reformulações nos cursos de formação inicial em EF para abordar as PCA é amplamente reconhecida na comunidade acadêmica.

A perspectiva crítica de currículo, destaca-se nesse debate, preocupando-se em entender as relações entre diversos tipos de saberes presentes no currículo, como o conhecimento acadêmico/científico e os saberes populares/experienciados no cotidiano dos indivíduos, sendo assim, acreditamos que a estruturação do currículo deve ser adaptada de forma contextualizada para atender às demandas e necessidades diversificadas, uma vez que não há homogeneidade nessas esferas (LOPES, 2014).

Pereira, Romão e Camargo (2020), destacam como as IES desempenham um papel crucial ao abordar cientificamente o conhecimento da aventura e ao oferecer propostas pedagógicas adequadas para iniciantes, abrangendo aspectos de segurança, técnicos, psicológicos, sociais e biológicos. Contribuindo para ampliar o acervo cultural e qualificar a atuação dos futuros professores nessa área.

Nessa perspectiva, corroboramos com a ideia de que a formação em aventura, embora ainda incipiente nos cursos de Educação Física, preconiza-se que os professores devem buscar conhecimentos além daqueles adquiridos durante a graduação. Nesse sentido, entendemos que o papel das IES, está em oferecer e ampliar o espaço dedicado a disciplinas que abordem o tema, garantindo que o futuro professor esteja inserido nessas discussões desde o início de sua formação. Posto isso, as instituições de ensino superior podem e devem oferecer cursos de extensão, programas de pós-graduação e promover congressos voltados para a temática da aventura, proporcionando oportunidades para ampliar o conhecimento e aprofundar a compreensão dos profissionais da área (SEVERINO, PEREIRA, SANTOS, 2016).

Encontramos na literatura referências a Escola Superior São Francisco de Assis (ESFA), situada no município de Santa Tereza no Espírito, onde alguns autores afirmam que a experiência de desenvolvimento do conteúdo de aventura no ensino superior realizada pela ESFA foi extremamente assertiva e eficiente para confrontar os desafios da formação profissional em diálogo com as necessidades dos professores que futuramente irão atuar na escola com esse tema. Essa abordagem contribuiu para o desenvolvimento dos alunos ao abrir novos campos de estágio e práticas pedagógicas em consonância com uma formação humana, intelectual e social abrangente (SEVERINO, PEREIRA, SANTOS, 2016; FERNANDES, SILVA, 2007). Todavia, após realizarmos contato direto com a instituição e com a responsável legal pela coordenação do curso de Educação Física da ESFA, fomos informadas

que ao final do ano de 2023 o curso de Educação Física foi encerrado nesta instituição, sendo uma grande perda para a formação em EF no ES, tendo em vista a enorme relevância e reconhecimento que a IES tinha pelo seu currículo abrangente, principalmente voltado para o campo da aventura.

CONCLUSÃO

Posto isso, este estudo buscou inteirar-se do processo de formação profissional, nos cursos de graduação em Educação Física, na perspectiva da licenciatura, no estado do Espírito Santo, nos aspectos das suas contribuições para atender as demandas do campo de atuação das PCA, seja no âmbito escolar ou extramuros. Desta forma, podemos identificar, a partir da análise documental, e seus respectivos resultados, as lacunas presentes nesse processo de formação do professor de Educação Física, que irá para a escola. Desta forma, visamos contribuir para/com o campo acadêmico e profissional, com informações e discussões relevantes, capazes de promover a adequação e contribuição necessária para os discentes do campo da educação física.

Todavia, reforçamos o incentivo para que os professores busquem formações complementares, materiais didáticos específicos e parcerias com profissionais ou instituições especializadas em atividades de aventura para orientar e apoiar a inclusão dessas práticas de forma adequada e benéfica para os alunos dos anos iniciais. Isso garantirá que os estudantes possam desfrutar de experiências de aprendizagem enriquecedoras e seguras, ao mesmo tempo em que desenvolvem habilidades físicas, emocionais e sociais fundamentais.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, M. M. M; RIBEIRO, O. C. F. Sobre os profissionais da aventura: problemas da atuação na interface esporte e turismo. **Licere**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 116-157, set. 2015.

BETRÁN, J. O.; BETRÁN, A. O. Las actividades físicas de aventura en la naturaleza (AFAN): revisión de la taxonomía (1995-2015) y tablas de clasificación e identificación de las prácticas. **Apunts: Educacion Física y Deportes**, Barcelona, v. 2, n. 124, p. 53-88, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 3ª versão, Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CORRÊA, L. V. de O. M. et al. Práticas corporais de aventura e biografias de movimento na educação física escolar. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 10, p. 253-265, 2020

INÁCIO, H. L. de D. et al. Práticas corporais de aventura na escola: possibilidades e desafios-reflexões para além da base nacional comum curricular. **Motrivivência**, v. 28, n. 48, p. 168-187, 2016.

_____.; MORAES, T. M.; SILVEIRA, A. B. Educação física e educação ambiental: refletindo sobre a formação e atuação docente. **Conexões**, v. 11, n. 4, p. 1-23, 2013.

_____.; FERREIRA, V. D. Práticas Corporais de Aventura em Pirenópolis (GO): Uma Análise sobre o Perfil de Consciência Ambiental e Comportamento Responsável. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 20, n. 2, p. 67-98, 2017.



LOPES, A. C. **Teorias de currículo**. Cortez Editora, 2014.

MARINHO, A. Lazer, aventura e risco: reflexões sobre atividades realizadas na natureza. **Movimento**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 181-206, 2008.

_____. **Atividades físicas e esportivas e meio ambiente**. Produção de background paper para o Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano do PNUD, 2017.

PEREIRA, D. W.; ROMÃO, S. P.; CAMARGO, A. A. S. A aventura como desafio aos professores de educação física. **Corpoconsciência**, p. 36-46, 2020.

SEVERINO, A. J.; PEREIRA, D. W.; SANTOS, V. F. S. Aventura e educação na base nacional comum. **EccoS–Revista Científica**, n. 41, p. 107-125, 2016.